



REDUÇÃO DO TEMPO DE TRABALHO: ALTERNATIVA À CRISE ESTRUTURAL CAPITALISTA

Paulo S. Fracalanza, Rodrigo S. Lamberti*

Resumo

A iminente crise estrutural do capitalismo é gerada por uma contradição central desse sistema: se, por um lado, a valorização do capital necessita da apropriação do trabalho humano, por outro lado, o avanço incondicional das forças produtivas torna esse mesmo trabalho redundante. A redução do tempo de trabalho (RTT), assim, aparece tanto como modo de superar as contradições econômicas do capitalismo quanto como forma de emancipar a vida humana da lógica mercantil. Este estudo debruça-se sobre as características históricas da jornada de trabalho, bem como se aprofunda na filosofia de mundo do trabalho capitalista e no movimento lógico desse sistema que possibilita a RTT.

Palavras-chave: Redução do tempo de trabalho, emancipação do trabalho mercantil, racionalidade econômica.

Introdução

O capitalismo, dada sua habilidade de gerar produtos sociais do trabalho em abundância, seria capaz prover as condições de subsistência de toda a humanidade. E mais: tamanho é o avanço técnico nesse sistema que seria possível realizar os sonhos de Keynes (1963) e Russell (1932) – a libertação do trabalho. Porém, o que se vê no século XXI é, a despeito da abundância de produtos sociais do trabalho e do nível atual da tecnologia, áreas de miséria material semelhante a que se via no início do capitalismo. Quais foram os fatores limitantes dos sonhos de Keynes e Russell? Quais são suas possibilidades de realização hoje?

Resultados e Discussão

A duração da jornada de trabalho teve um movimento expansivo entre os séculos XIV e XVIII, período no qual os elementos do capitalismo se formavam. Alguns destes elementos que explicam a busca ávida por uma longa duração da jornada são o trabalho assalariado, cujo ator foi transformado em mercadoria por não possuir meios de produção, e a extração de trabalho excedente por vias econômicas, na produção de mercadorias, em contraste à anterior extração por vias extraeconômicas, na circulação das mercadorias (MARX, 2013). Uma vez consolidado o capitalismo e estabelecido o antagonismo entre as classes capitalista e trabalhadora, a disputa em torno do tamanho da jornada resultou, nos séculos XIX e XX, em reduções paulatinas do tempo de trabalho. Elas se deveram tanto à luta política quanto aos excedentes econômicos, decorrentes do avanço tecnológico e do aumento da produtividade do trabalho (FRACALANZA, 2008). Ao mesmo tempo, porém, os avanços técnicos aguçaram a contradição entre a necessidade, por parte do capital, de apropriação do trabalho humano para valorizar-se, e a redundância desse mesmo trabalho, causada pelo avanço das forças produtivas capitalistas (MAZZUCHELLI, 1985). Desse impasse, pode-se precarizar o trabalho, torná-lo inseguro e novamente longo, para mantê-lo atraente ao capital, como tem sido feito em partes do globo nos últimos anos (MARIA et al., 2017); ou pode-se abraçar de vez a liberação do trabalho propiciada pelos ganhos de excedente econômico, o que pode se refletir em RTT. Paralelamente, deve-se debater também as filosofias que regem os agentes do capitalismo. A racionalidade econômica, predominante a partir da consolidação desse sistema, transformou a principal atividade da vida humana, o trabalho, em uma atividade funcional, isto é, com finalidades externas a

quem a executa (GORZ, 2003). Assim, há uma cisão para os indivíduos entre tempo de trabalho e tempo de vida. O sujeito não se identifica com o tempo investido na jornada de trabalho; interessa-lhe apenas o salário, a compensação, concretizada pelo consumo, das horas gastas em uma atividade estranha. Como o indivíduo não se realiza pessoalmente nesse tempo dedicado ao trabalho mercantil e como no atual nível de escala da produção social é praticamente impossível desfazer a funcionalidade atingida, uma potencial solução seria a RTT para que se sobressaísse o tempo de vida, de modo que a maior parte do tempo de cada indivíduo não seja dedicada a uma atividade que lhe é estranha, mas sim seja empenhada em uma atividade pessoal que lhe satisfaça.

Conclusões

A proposta de RTT de Gorz (2003) é uma forma de superar tanto as contradições e desigualdades econômicas atuais quanto as angústias na vida íntima de cada pessoa geradas pela racionalidade econômica. Tal proposta tem como fundamentos a repartição igual e generalizada da RTT entre todos os sujeitos, a intermitência do trabalho definida pelo próprio trabalhador, a manutenção do laço entre os direitos ao trabalho e à renda, e o acompanhamento, da RTT, por um aumento da renda do trabalhador, conforme se eleva o produto social do trabalho através de aumentos na produtividade social do trabalho. A RTT proporcionaria, assim, o reencontro do ser humano com sua própria humanidade no tempo livre.

Agradecimentos

Agradeço ao professor Paulo Sérgio Fracalanza, à minha família, Renata, José e Marcela e, em especial, à Universidade Pública, maior responsável pela pesquisa no Brasil, dentro da qual se inclui este trabalho.

- FRACALANZA, P. S. (2008). *Limites das abordagens microeconômicas da redução da jornada de trabalho*. Curitiba: Revista de Economia, v. 34.
- GORZ, A. (2003). *Metamorfoses do trabalho*. São Paulo: Annablume.
- KEYNES, J. M. (1963). *Economic possibilities for our grandchildren*. In: *Essays in persuasion*. New York: W. W. Norton & Co. (Original de 1930).
- MARIA, M. R.; FRACALANZA, P. S.; CORAZZA, R. I. (2017). *A economia política da redução do tempo de trabalho*. In: Anais do XV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho.
- MARX, K. (2013). *O Capital*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- MAZZUCHELLI, F. (1985). *A contradição em processo*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- RUSSELL, B. (1932). *In praise of idleness*. Harper's Magazine. <http://harpers.org/archieve/1932/10/in-praise-of-idleness/> (02/07/2019).